

«Os conventos de Lisboa» Uma abordagem cripto-histórica

Apesar de nos referirmos aos “Conventos de Lisboa” como um núcleo homogéneo (artisticamente e estruturalmente), é nossa convicção que não mais será possível entendê-lo verdadeiramente sem realçar as muitas diferenças e variantes que o compõem.

**Maria do Rosário
Carvalho**

Patrícia Monteiro

João Miguel Simões

**Paulo Almeida
Fernandes**

Catarina Oliveira

Ricardo Silva

Investigadores do Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, para este projecto.

S*obre o conceito de convento e a sua aplicabilidade no presente projecto*

«Os Conventos de Lisboa» é a designação de um projecto de investigação que surgiu no seio do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA da FLUL), e que, desde o primeiro momento, foi apoiado pelo Conselho Directivo da mesma Faculdade. Há alguns anos que vários investigadores ligados a este Instituto exploram o património conventual da capital, dinâmica que se encontra bem testemunhada na ampla produção científica, não só de alguns docentes que compõem este núcleo universitário, mas também de muitos alunos da licenciatura em História, variante de História da Arte, e do Mestrado em Arte, Património e Restauro, cursos ministrados no âmbito da actividade do Instituto de História da Arte da FLUL.

Com o indispensável apoio do Conselho Directivo da FLUL foi possível, no Verão de 2001, apresentar um projecto de investigação, mais coerente e completo, que permitisse integrar o abundante material, constituído ao longo dos anos através de investigações essencialmente pessoais, no panorama mais vasto que é a História Conventual Portuguesa.

O ambicioso projecto então definido, idealizado para uma execução temporal de 18 meses, foi conduzido

por três investigadores expressamente contratados para o efeito e o apoio científico da totalidade dos docentes que compõem o IHA da FLUL. Ainda que os recursos disponibilizados tenham sido claramente insuficientes – tendo em conta o vastíssimo objecto de estudo que se propunha abarcar –, tratou-se de uma proposta inovadora e sem precedentes no panorama científico-universitário nacional. Nunca, como até agora, havia sido delineado um plano de investigação acerca da realidade conventual lisboeta, com bases metodológicas sólidas e uma mesma ficha de inquérito, passível de ser aplicada a todos os conventos e de, por essa via, revelar as diferenças de potencial informativo, arqueológico, artístico, documental e histórico, entre eles. Independentemente dos deméritos (ou limitações) que todos os projectos invariavelmente possuem, o carácter inovador desta pesquisa significou, do ponto de vista dos signatários do presente artigo, um claro avanço em relação ao estado actual da historiografia especificamente dedicada a este assunto.

Por outro lado, o programa proposto é um dos campos de investigação privilegiados no âmbito do que o Prof. Doutor Vítor Serrão designou por *Cripto-História da Arte*. Este é um método de abordagem, em História da Arte, que consiste na aproximação a obras de arte inexistentes, destruídas ao longo do tempo ou, em alternativa, projectadas mas nunca realizadas. Em palavras do seu autor, “a História da Arte não se faz só com recurso a *obras vivas*. Os grandes monumentos que marcam a evolução da vida das comunidades no tempo histórico e as mais célebres obras que se conservaram (...) não abrangem a totalidade dos *objectos* que esta disciplina científica visa analisar”¹.

Nesta perspectiva, o património conventual é, seguramente, aquele que passou por maiores destruições e reformulações ao longo dos tempos. Não só a própria dinâmica das comunidades religiosas foi propícia a sucessivas campanhas artísticas, a maioria das quais obrigou à destruição de impulsos construtivos e artísticos anteriores, como a atribulada história dos mosteiros e conventos nacionais ao longo dos séculos XIX e XX contribuiu, extraordinariamente, para que chegassem até hoje destituídos da anterior riqueza ou, até, da configuração original.

Foi, pois, na atenção a estas *obras mortas*, que se desenvolveu uma parte significativa do projecto. Dado o seu carácter *invisível*, muitas delas apenas se podem adivinhar por um pequeno pormenor da documentação, um vestígio material aparentemente insignificante, descontextualizado do seu local original, uma referência mais ou menos vaga, dispersa nos ainda tão inexplorados fundos documentais... Foi este o grau de rigor ambicionado no presente projecto. E os resultados revelam um considerável número de descobertas – algumas vezes de verdadeiras campanhas artísticas nunca referenciadas por outros autores.

Antes de passar em revista os principais pontos de execução do presente projecto, importa referir a opção por «Conventos de Lisboa» e não por «Mosteiros de Lisboa». Com efeito, esta foi uma escolha deliberada da equipa de investigação, que radica na distinção entre estes dois termos, tantas vezes confundidos ao longo da história.

O critério diferenciador baseou-se na diferente vocação de comunidades monásticas e conventuais. Na origem, o *mosteiro* destina-se a uma deliberada fuga ao mundo exterior e à construção de uma comunidade religiosa auto-suficiente. Foi nesta perspectiva que surgiram os grandes mosteiros medievais, localizados em locais ermos, de

¹ Vítor SERRÃO, *A Cripto-História da Arte*, Lisboa, Horizonte, 2001, p. 11.

difícil acesso, grande parte deles implantados nos desertos-florestas da nossa Idade Média ocidental. A vocação do *convento* é outra. Ele privilegia o contacto com as populações; assume-se como elo de ligação (e de moralização) com a sociedade mundana que o rodeia; implanta-se, normalmente, em meio urbano ou peri-urbano. Não é ao acaso que o aparecimento do *convento* está intimamente relacionado com o advento das correntes mendicantes do século XIII, elas próprias uma reacção ao progressivo isolamento dos homens religiosos de Cluny e, principalmente, de Cister.

Esta é a distinção original (medieval) das duas realidades, diferenciando claramente entre monges e frades. Nas épocas moderna e contemporânea, muitas outras perspectivas surgiram. Uma que teve particular efectividade foi a que consagrou o espaço monástico a comunidades masculinas e o espaço conventual a femininas. Esta é, contudo, uma perspectiva errónea e distorcida dos verdadeiros fundamentos que originaram a diferenciação de termos.

Perante estes dados, a equipa de investigação resolveu optar pela terminologia original, ainda que a maioria dos conventos lisboetas não sejam de ordens mendicantes. O facto de se situarem em meio urbano – o que também não inviabiliza a vocação de *fuga ao mundo* de algumas instituições – pareceu-nos sintomático, em relação ao contacto privilegiado destas casas religiosas com a comunidade civil, de uma das mais importantes cidades mundiais ao longo dos séculos da Modernidade. Assim ficou o título do projecto, conscientes de que a distinção medieval destas realidades é absolutamente redutora, face ao muito mais vasto panorama dos séculos XVI a XIX.

O *objecto e o programa de acção*

O número de casas conventuais, instaladas em Lisboa à altura da extinção das Ordens Religiosas, não deixa de surpreender historiadores e historiadores da arte, ao mesmo tempo que confere à capital um lugar cimeiro e praticamente sem paralelo no panorama da História Conventual do Ocidente. Nessa data contavam-se 88 conventos, dispersos pelas várias freguesias da cidade e pelas áreas peri-urbanas que se ligavam ao aglomerado principal através das principais vias terrestres a Norte e a Oeste.

Este imenso património, relativamente bem conservado até à primeira metade do século XIX, passou, depois, por um longo período de desagregação. Neste mais de século e meio de história que separa o presente desse momento terminal da tradição conventual no nosso país, foram muitos os factores que contribuíram para a desagregação de que falamos, desde a reconversão dos espaços conventuais, para as mais diversas funções públicas e privadas, até ao sacrifício da antiga ordem urbana às novas exigências da cidade moderna, passando, obviamente, pela dispersão de todo o recheio artístico.

Estes factores, que identificámos para cada caso, revelam-se decisivos à escala do universo conventual abrangido pelo presente projecto de investigação, na medida em que é a soma de todos os casos particulares que permite o conhecimento das (eventuais) estratégias de conjunto que presidiram à reconversão e readaptação de numerosos conventos. Na posse desse conjunto de informações foi, então, possível realizar a viagem metodológica inversa – do *geral* para o *particular* –, reconhecendo os compartimentos ideológicos e de acção colectiva ou individual em que cada antigo con-

vento se insere na conturbada história de Lisboa, cidade em constante expansão, *inclusive* nos nossos dias.

A dupla viagem metodológica que aqui enunciamos não se aplicou unicamente ao período de extinção, reconversão e, em alguns casos, perda de memória do património conventual da cidade. Ela aplicou-se também aos momentos específicos da história das casas conventuais e da história da própria cidade. Não obstante a equipa de investigação concentrar os esforços essenciais da sua pesquisa na análise dos Processos de Extinção – fundos documentais praticamente inexplorados mas que contêm informação relativa, principalmente, ao século XIX -, os trabalhos dirigiram-se igualmente às épocas de fundação, construção e engrandecimento artístico dos vários conventos, produzindo-se, assim, uma outra visão diacrónica de conjunto a que o projecto aspirou. A complexidade deste processo de investigação resume-se, por exemplo, na tentativa de reconstituição do recheio artístico, entretanto desaparecido ou disperso por colecções de museus.

O *s estudos historiográficos*

O estado da investigação histórica, arqueológica e histórico-artística relativa aos Conventos de Lisboa encontra-se num patamar pouco mais que exploratório e é o exacto reflexo das dificuldades com que os investigadores se debatem, sempre que tentam abordar o imenso universo da História Conventual da capital.

Perante fundos documentais inexplorados ou mesmo desconhecidos, a completa adulteração dos espaços e a sua readaptação a outras funcionalidades, radicalmente opostas às que para haviam sido originalmente concebidos, e sem um método continuado de investigação especificamente dirigido a esta realidade, os diversos investigadores, que ao longo dos anos se têm dedicado aos conventos lisboetas, têm optado por estratégias de estudo e de publicação que comprovadamente não são as mais desejáveis, no sentido da compreensão global do fenómeno conventual da cidade.

Numa palavra, possuímos sínteses demasiado vagas e destituídas de perspectivas de investigação monográfica. Por outro lado, têm-se vindo a desenvolver trabalhos monográficos (na maioria dos casos a uma escala inferior à do Convento propriamente dito, dirigidos a campanhas artísticas ou a peças deslocadas dos seus contextos originais), mas ainda sem visões de conjunto, ou de contextualização no amplo panorama conventual nacional.

A causa imediata deste estado exploratório da investigação dedicada aos *Conventos de Lisboa* radica, quanto a nós, no facto de as abordagens historiográficas ensaiadas até ao momento terem sido efectuadas numa base individual e não colectiva. A partir da definição de um programa de investigação, exequível no tempo e no espaço, desenvolveu-se uma pesquisa personalizada, levado a cabo por um único investigador, que obviamente não pode ter a pretensão de dirigir uma investigação aprofundada a mais de 88 conventos!

Ora como ficou claro, qualquer abordagem de conjunto a este imenso património apenas pode ser conduzida por uma equipa de trabalho, reunida em torno de um programa de investigação comum e tendo por objectivo uma mesma visibilidade do produto final.

A constituição deste grupo de trabalho, necessariamente pequeno, assumiu-se como o ponto fundamental de discussão sobre do rumo a dar ao presente projecto. A ele coube, em concertação com os coordenadores, a definição de uma metodologia de trabalho que se adequasse aos objectivos propostos.

O número de Conventos existentes em Lisboa

Segundo a síntese de Baltazar Caeiro, que nós próprios tomámos por base à proposta de Projecto de Investigação – por ser o mais completo trabalho elaborado até à data, seguindo uma metodologia uniforme e de conjunto –, no momento de extinção das Ordens Religiosas contavam-se 88 conventos na capital. Ora à medida que a investigação avançou e tomou formas mais concretas, foi possível verificar que foram mais os conventos que se instalaram em Lisboa no decurso da Idade Moderna, tendo muitos deles mudado de nome e outros sido simplesmente extintos. O número já pouco confortável com que partimos – para um projecto de investigação de tão curto prazo de execução – agravou-se a cada nova descoberta e o trabalho de confronto de designações foi verdadeiramente problemático.

Em muitos casos, a designação da Ordem Religiosa confundia-se com a própria designação do convento, pelo que muitos autores e, também, a documentação das diferentes épocas, acabaram por se referir a determinado convento através de denominações distintas. Por exemplo, ao Convento dos Barbadinhos Franceses correspondia o Convento de Nossa Senhora da Porciúncula, tal como o Convento das Flamenegas era também conhecido como Convento de Nossa Senhora da Quietação. Já o Convento de *Corpus Christi*, que frequentemente é mencionado como Convento dos Carmelitas Descalços, surge referido algumas vezes como Convento dos Frades Torneiros, porque parte do edifício se encontrava na antiga Rua da Tornoaria ou dos Torneiros.

Contudo, outros exemplos ilustram situações mais complexas. O Convento de Santa Clara, sito no Campo com o mesmo nome, muito embora tenha desaparecido em 1755, foi sucessivamente confundido com o Convento do Desagravo ao Santíssimo Sacramento, edificado junto à igreja de Santa Engrácia, em 1766, pela Infanta D. Maria Ana, filha de D. José.

A definição de uma tabela de designações, para a totalidade dos conventos de Lisboa, permitiu esclarecer grande parte destas questões, tal como o confronto entre os diversos fundos documentais consultados ou a análise das fontes iconográficas da cidade (mapas, panorâmicas, vistas em azulejos...), contribuíram para a clarificação e revisão destes dados.

A bibliografia

Perante a profusão de trabalhos monográficos que têm vindo a ser publicados ou defendidos publicamente, em forma de dissertações de mestrado, uma das primeiras e mais importantes tarefas foi a de organizar uma Bibliografia Geral sobre os Conventos de Lisboa.

Este procedimento, para lá do rigor óbvio que caracteriza qualquer estudo de carácter científico, permitiu visitar a extensa bibliografia produzida sobre Lisboa e

entrecruzar esta longa lista de textos, mais regionais, com os mais recentes progressos no âmbito estrito da História da Arte, facto que se revelou da máxima importância para os objectivos propostos. Até ao momento, a base de dados bibliográfica, já reunida, dispõe de mais de 500 títulos, organizados por fontes impressas, estudos específicos, artigos, e referências genéricas.

Os fundos documentais

Através do vasto espólio documental existente na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Museu da Cidade, entre outros, foi possível reunir um vasto conjunto de informação que, em grande medida, é inédita.

Os Processos de Extinção dos Conventos, actualmente no antigo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (IANIT), constituíram um dos pilares e um dos pontos de partida deste projecto. Realizados a partir de 1834, denunciam a urgência que presidiu à sua elaboração, principalmente nos conventos masculinos, cujo inventário foi efectuado logo nesse ano. No caso dos conventos femininos, a extinção faseada, consumada apenas depois do desaparecimento da última freira, fez com que os inventários fossem mais tardios e, na maioria dos casos, mais pormenorizados. Todavia, grande parte destes documentos é, tão somente, uma longa listagem de bens móveis, dos quais apenas é possível identificar obras de pintura e de escultura, uma vez que as referências a alfaias litúrgicas e outras peças de ourivesaria contêm pouco mais do que o número e o valor atribuído.

Ainda na Torre do Tombo existe outro inventário, realizado na década de vinte do século XIX, pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, que visava avaliar a situação dos conventos. O critério seguido pelos inventariantes é idêntico, pelo que a sua importância restringe-se à comparação com o inventário posterior, onde é evidente, em determinados conventos, o desaparecimento de algumas peças.

Por sua vez, a consulta detalhada dos Cartórios Notariais de Lisboa (segundo indicações disponibilizadas pelo Prof. Doutor Vítor Serrão) trouxe novos dados relativos a contratos para a feitura de retábulos e obras afins, em vários conventos da cidade. Citamos, a título de exemplo, a encomenda do retábulo de talha dourada para a capela de Nossa Senhora de Água de Lupe, na igreja do Convento de São Francisco da Cidade, ao mestre entalhador Matias Rodrigues de Carvalho, em 1677, ou a encomenda do próprio retábulo-mor da dita igreja a Manuel da Silva, em 1682. Muito embora alguns destes contratos fossem já do domínio público, a transcrição dos documentos possibilitou a reconstituição cripto-histórica de alguns equipamentos decorativos.

Situação semelhante acontece com os Testamentos de Artistas (Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por João Miguel Simões), cujo levantamento foi essencial no conhecimento da intervenção de determinados artistas em diferentes conventos, ou para conhecer campanhas de obras até agora não documentadas, como em Santa Apolónia. Neste convento, pelo testamento de Domingos Ferreira Souto ficamos a saber que a capela-mor foi renovada no final do século XVII e início do seguinte.

Por outro lado, no caso do Convento de Nossa Senhora da Encarnação, de Comendadeiras de Avis, foi possível cruzar os dados resultantes destas duas fontes documen-

tais. Ou seja, encontrou-se não apenas o Contrato celebrado entre o entalhador Matias Rodrigues de Carvalho e as comendadeiras da Ordem de S. Bento de Avis, para a realização de obras de talha no coro da igreja, mas também o testamento do referido mestre.

Para o período da extinção das Ordens Religiosas, e conseqüente dispersão do património conventual, é essencial a documentação existente na Biblioteca Nacional, nomeadamente no Arquivo Histórico, embora as referências mais significativas tenham sido publicadas pela Academia Nacional de Belas Artes. Este fundo reúne um registo das peças que saíram do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, situado no Convento de São Francisco da Cidade, onde consta a origem das obras (na sua maioria pinturas) e o local para onde foram transferidas. Isto porque foram muitos os pedidos, quer de igrejas paroquiais, quer mesmo de particulares, que desejavam obter o retrato de religiosos seus familiares. Por exemplo, a igreja de Alhandra, sabendo que a igreja do Convento das Grilas iria ser demolida, pediu grande parte do equipamento decorativo do próprio templo (teia da igreja, capelas do cruzeiro e capela do Santíssimo, o altar-mor, um púlpito, mármore e cantarias), bem como as pinturas de Bento Coelho que se encontravam na igreja e na capela-mor.

Os objectos de reconhecido valor artístico foram transferidos para o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia e, posteriormente para o Museu Nacional de Arte Antiga, onde se encontram actualmente. Contudo, nas fichas de inventário do Museu, muitos são os exemplos em que a expressão “conventos extintos” figura no campo correspondente à proveniência das peças. No caso dos conventos femininos, os inventários puderam ser realizados de forma mais calma, pelo que a incorporação dos bens no MNAA foi documentada. Entre faiança, ourivesaria e mobiliário, transferido das Grilas para o MNAA, identificam-se os retratos de D. Luísa de Gusmão e do seu confessor Frei Manuel da Conceição (sepultado nos Grilos), bem como uma imagem de Santo Agostinho (em barro pintado e dourado) e outra de São Domingos.

Muito embora este processo se tenha desenrolado, de forma mais eficaz, nas instituições femininas, os objectos provenientes do Convento do Desagravo foram alvo de várias deslocações antes de integrarem o espólio do MNAA em 1912. De facto, a última freira desta casa religiosa faleceu apenas em 1901, e o inventário foi realizado no ano seguinte, data em que o património móvel foi transferido, na sua maioria, para o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, em São Francisco da Cidade e, um conjunto de peças consideradas de maior valor artístico, para o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. Estas últimas (pinturas executadas por D. Maria Ana de Áustria, a Infanta filha de D. José, que fundara o convento; pinturas de Pedro Alexandrino e de Domingos António Sequeira; ou esculturas de presépio, em barro) acabariam por ser incorporadas no MNAA, onde se encontram bem identificadas. Curiosamente, subsiste também, no Processo de Inventário deste convento, um documento que revela o destino dos sinos da instituição – a estátua do Marquês de Pomal em Lisboa!

O fundo documental da Direcção Geral do Património conserva informação detalhada sobre as obras e transformações sofridas pelas casas conventuais no início do século XX. A importância deste núcleo reside no facto de conter correspondência entre os diferentes ministérios, através da qual se percebe a ideia e a teoria subjacente à prática do restauro, no Portugal de então. O caso do Convento das Trinas do Mocambo

é paradigmático, na medida em que o edifício foi uma espécie de “tubo de ensaio”, onde se experimentaram diferentes formas de intervenção, a maioria das quais danosa para o imóvel.

A nível iconográfico, destacamos o espólio do Museu da Cidade, cujas plantas e panorâmicas de Lisboa, inscritas nos mais diversos suportes (papel, azulejo...) possibilitam a identificação e reconstituição do aspecto exterior dos conventos, reforçando ainda a sua localização. O Convento de Santa Clara, destruído pelo Terramoto, é disso um exemplo, uma vez que, para o podermos localizar correctamente na malha urbana da cidade, recorreremos a panorâmicas e mapas de Lisboa, bem como a painéis de azulejos com iconografia de Lisboa. Para além de descrições antigas do interior, também na Torre do Tombo se encontram alguns desenhos (plantas e alçados) mais recentes, ilustrativos, por exemplo, dos retábulos existentes no Convento das Mónicas.

O Arquivo Fotográfico Municipal contém, igualmente, um conjunto de imagens de grande valor, pois muitos dos imóveis fotografados, no início do século, encontram-se, actualmente, destruídos ou muito alterados.

Por fim, importa referir as fontes impressas, de importância vital para o conhecimento efectivo dos edifícios e respectivo espólio antes de 1755. Para além dos cronistas das várias ordens religiosas, salientamos o autor anónimo da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, que descreveu os conventos da cidade no início do século XVIII. É graças ao seu interesse pela arquitectura contemporânea que, hoje, podemos perceber a configuração de muitos dos conventos da capital, bem como conhecer o seu equipamento decorativo e respectiva localização.

Foi da leitura cruzada de todos estes dados, muitas vezes contraditórios, que nasceram as *Memórias histórico-artísticas* de cada convento (ponto 4), a maioria das quais abrindo novas perspectivas de investigação.

Metodologia: a importância das Memórias histórico-artísticas

A figura da *Memória histórico-artística*, como a equipa de trabalho a concebeu para o presente projecto de investigação, foi um instrumento de importância vital. Compôs-se de três partes essenciais (ficha de caracterização, índice analítico e texto propriamente dito), numa progressiva hierarquização e aprofundamento da matéria, que pretenderam responder à generalidade das questões suscitadas por cada caso particular, mas preservando o objectivo final global de homogeneidade que se pretendeu.

A Ficha de Caracterização, necessariamente sumária, contemplou, de forma esquemática, os assuntos abordados no texto e permitiu uma rápida leitura das fases de construção do convento, do espólio artístico, da bibliografia e das fontes documentais associadas.

O índice analítico revelou o entendimento que cada autor, responsável por determinado convento, fez do percurso histórico da instituição, e como ordenou as matérias no discurso histórico-artístico pretendido.

A terceira e última fase desta metodologia, para onde convergiram as fases anteriores, constituiu o ponto fulcral de todo este processo. Foi através das *Memórias histórico-artísticas*, compostas por um texto rigoroso e científico das várias fases cons-

trutivas e artísticas, que cada investigador aprofundou e desenvolveu as matérias enunciadas no índice e intuídas na ficha de caracterização, construindo não apenas pontos da situação sobre cada um dos conventos, mas também verdadeiros textos, problematizantes e de natureza científica clara, que abriram novas perspectivas de investigação e esclareceram muitos dos equívocos de que enferma a nossa historiografia.

***E**ntre o Terramoto e a Extinção: os equívocos
da historiografia*

A metodologia adoptada neste projecto permitiu desmistificar algumas ideias consolidadas na historiografia nacional. Uma delas, particularmente vincada ao longo do último século é a que sobrevaloriza a importância do Terramoto de 1755 na destruição de muitas casas conventuais de Lisboa.

Ora, no final deste projecto é possível concluir que foram bem mais variadas as fases de destruição deste património. Vejamos alguns exemplos.

A igreja do Convento de *Corpus Christi*, situada em plena Baixa, cuja estrutura anterior a 1755 ainda hoje se conserva, vem comprovar que o Terramoto não destruiu alguns edifícios, ou parte deles, em plena zona de maior abalo sísmico. O não reconhecimento da estrutura de *Corpus Christi* deveu-se à pouca atenção com que alguns historiadores analisaram este conjunto.

O mesmo acontece com a igreja do Convento de São Pedro de Alcântara que, mau grado as notícias dos estragos provocados pelo forte abalo de 1 de Novembro de 1755, conserva ainda grande parte do equipamento decorativo da igreja.

Este é, aliás, um caso curioso, uma vez que foi secularizado por D. Pedro IV em 31 de Dezembro de 1833 e, por isso mesmo, poupado ao conturbado processo de Extinção que tanto afectou os restantes conventos. Entregue à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Convento de São Pedro de Alcântara pôde beneficiar da política de conservação, restauro e respeito pelo património histórico, que tem caracterizado a acção desta Instituição. Neste sentido, grande parte do equipamento artístico foi conservado no local, registando-se apenas transferências pontuais para o Museu de São Roque o que permite, actualmente, uma leitura do convento muito próxima daquela que tinha em início do século XIX.

Por outro lado, o presente projecto vem, igualmente, provar que as fases da destruição do património conventual lisboeta não obedeceram tanto a catástrofes naturais. O processo de Extinção e a consequente desfuncionalização dos espaços, conseguiram, em muitos casos, ser bem mais danosos que qualquer outro fenómeno, natural ou não.

São muitos os exemplos de casas conventuais desaparecidas após 1834. O Convento das Grilas foi sofrendo, depois de 1889, diversas obras de adaptação, de forma a receber os serviços da Manutenção Militar. Hoje, existe ainda um dos corpos do edifício, voltado para a Rua do Grilo, mas as alas Leste e Oeste (esta última composta pela igreja) foram destruídas.

No Convento das Trinas do Mocambo, ocupado pelo Instituto Hidrográfico da Marinha, a igreja foi destruída e o seu recheio disperso por vários locais (Convento de Mafra, Convento de Cristo em Tomar, Museu do Azulejo, entre outros). Situação semelhante ocorreu com o Convento de Sant'Ana, cujo edifício se manteve até 1900,

época em que o Instituto Bacteriológico aí se instalou, deitando por terra as construções existentes. Ou ainda com o Convento do Santo Crucifixo (Francesinhas), desaparecido depois de 1911 quando, em seu lugar, surgiu um jardim público (ao lado da Assembleia da República).

Provadas as mais variadas formas de destruição do património conventual lisboeta, foi aberto o caminho para o estudo monográfico de cada casa conventual. Apesar de nos referirmos aos «Conventos de Lisboa» como um núcleo homogéneo (artisticamente e estruturalmente), é nossa convicção que não mais será possível entendê-lo verdadeiramente sem realçar as muitas diferenças e variantes que o compõem.

Os objectivos científicos foram alcançados nesta dupla viagem monográfica e de conjunto. A estratégia de publicação de todo este material tem vindo a ser definida com esta mesma preocupação. É neste sentido que a edição de estudos monográficos, estruturadas de acordo com o programa de abordagem de cada investigador, não dispensa o aparecimento de análises de conjunto, textos construídos a várias mãos, de carácter metodológico – como é este o caso –, mas também de natureza científica.